

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO PERÍODO 2012-2022

POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA EN LOS ESTUDIOS DE POSGRADO: UN ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN EL PERÍODO 2012-2022

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES IN GRADUATE EDUCATION: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE PERIOD 2012-2022



Joviles Vitório TREVISOL ¹
e-mail: joviles.trevisol@uffs.edu.br



Érica da Silva Martins VALDUGA ²
e-mail: ericamartinsvalduga@gmail.com



Marcio Giusti TREVISOL ³
e-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br

Como referenciar este artigo:

TREVISOL, J. V.; VALDUGA, É. da S. M.; TREVISOL, M. G. As políticas de ações afirmativas na pós-graduação: Uma análise da produção científica no período 2012-2022. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024111, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19iesp.2.18550>



- | Submetido em: 04/10/2023
- | Revisões requeridas em: 22/12/2023
- | Aprovado em: 20/03/2024
- | Publicado em: 06/09/2024



ARTIGO SUBMETIDO AO SISTEMA DE SIMILARIDADE

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó – SC – Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS.

² Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó – SC – Brasil. Licenciada em Letras pela UFSC. Mestranda em Educação pela UFFS.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Joaçaba – SC - Brasil. Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESC.

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a evolução e as principais características da produção científica sobre as políticas de ações afirmativas na pós-graduação. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida por meio da análise de conteúdo e das técnicas comumente empregadas nos estudos do tipo estado do conhecimento. Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no Portal Periódicos CAPES, no Portal ANPEd, na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O estudo evidenciou que a produção científica (i) cresceu significativamente a partir de 2016; (ii) está concentrada na região Sudeste do país; (iii) prioriza a análise das experiências de inclusão de pretos, pardos e indígenas e, (iv) não contempla estudos sobre pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Pós-graduação. Ações afirmativas. Estado do conhecimento.

RESUMEN: *Este artículo presenta los resultados de una investigación sobre la evolución y principales características de la producción científica sobre políticas de acción afirmativa en la escuela de posgrado. Se trata de una investigación bibliográfica, desarrollada a través del análisis de contenido y técnicas comúnmente utilizadas en estudios del tipo estado del conocimiento. Los datos fueron recolectados del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES, del Portal Periódicos CAPES, del Portal ANPED, de Scientific Electronic Library Online (SciELO) y de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). El estudio mostró que la producción científica (i) creció significativamente a partir de 2016; (ii) se concentra en la región Sureste del país; (iii) prioriza el análisis de experiencias de inclusión de negros, pardos e indígenas y, (iv) no incluye estudios sobre personas con discapacidad.*

PALABRAS CLAVE: *Políticas educativas. Posgrado. Acciones afirmativas. Estado del conocimiento.*

ABSTRACT: *This article presents the results of research on the evolution and main characteristics of scientific production on affirmative action policies in graduate education. This is a bibliographic research, developed through the analysis of the content and techniques commonly used in studies of the state of knowledge type. Data were collected from the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, the CAPES Periodical Portal, the ANPED Portal, the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The study showed that scientific production (i) grew significantly from 2016; (ii) is concentrated in the Southeast region of the country; (iii) prioritizes the analysis of experiences of inclusion of blacks, browns and indigenous people and, (iv) does not include studies on people with disabilities.*

KEYWORDS: *Educational policies. Graduate education. Affirmative actions. State of knowledge.*

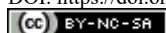


Introdução

As discussões sobre as ações afirmativas (AAs) na educação superior no Brasil não são recentes (Cunha, 2007). Em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) recomendou, entre outras ações, a implementação de AA “[...] para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta” (Brasil, 1996, p. 30). Em 1999 foi submetido ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei PL 73/1999 propondo a reserva de vagas nas universidades públicas federais e estaduais (Brasil, 1999). No ano seguinte, o então deputado federal Paulo Paim apresentou o projeto de lei nº 3.198/2000, do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado dez anos depois como Lei 12.288/2010 (Brasil, 2000a, 2010). Em 2001, a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância recomendou aos países a implementação de políticas de redução das desigualdades raciais dos estudantes negros nas universidades públicas (Santos, 2012; Feres Júnior *et al.*, 2018). No ano seguinte, em 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto nº 4.228/2002, estabelecendo o Programa Nacional de Ações Afirmativas (Brasil, 2002).

Essa agenda de debates em âmbito nacional e internacional criou um ambiente propício para a aprovação das primeiras políticas de AA nas universidades públicas. O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado da federação a instituir a reservava de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, negros e pessoas com deficiência. Com base nas leis estaduais aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2000 (Lei nº 3.524) e 2001 (Lei nº 3.708 e Lei nº 4.061), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) implementaram as suas primeiras políticas de ações afirmativas (Rio de Janeiro, 2000, 2001, 2003). Nos anos seguintes, políticas similares foram adotadas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela Universidade Estadual da Bahia e pela Universidade de Brasília (Nierotka; Trevisol, 2019; Santos, 2012; Trevisol; Nierotka, 2016).

Em agosto de 2012 - cerca de quatro meses após a decisão do Supremo Tribunal Federal considerar improcedente a ADPF 186 e declarar constitucional as cotas raciais (Santos, 2012; Nierotka, Trevisol, 2019; Venturini, 2017; Trevisol, Nierotka, 2015) - o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.711/12, também conhecida como “Lei de Cotas” (Brasil, 2012). A ausência da pós-graduação na Lei de Cotas gerou muitas críticas, sobretudo dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil que vinham lutando pela aprovação da reserva de vagas para os cursos de mestrado e doutorado. Alguns anos depois, o Ministério da Educação reconheceu essa

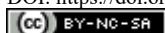


lacuna e publicou uma portaria normativa (Portaria 13/MEC/2016) com o propósito de induzir as instituições federais de educação superior (IFES) a introduzir políticas de AA nos programas de pós-graduação (PPG) (Brasil, 2016b). A Portaria 13 motivou inúmeras IFES a aprovar políticas de inclusão de PPIs e PCD em seus cursos de mestrado e doutorado.

O ingresso de estudantes pretos, pardos e indígenas (PPIs) e pessoas com deficiência (PCD) têm colocado novos e complexos desafios para as instituições, obrigando-as a formular, implementar e (re)avaliar permanentemente suas políticas institucionais de ensino, de assistência estudantil, de permanência, etc. A necessidade de compreender a efetividade e a eficácia das políticas de AA também introduziu novos desafios no âmbito da pesquisa acadêmica. O crescente envolvimento da comunidade científica deu origem a novos campos de estudo e consolidou a pesquisa como uma expressão da própria realidade sócio-histórica. O conjunto das dissertações, teses, artigos e livros sobre o tema refletem, neste sentido, as dimensões históricas, sociológicas, políticas e institucionais do processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de AA na educação superior. As relações dialéticas entre o todo concreto e a ciência faz com que os pesquisadores sejam - além de analistas - agentes renovadores e transformadores da realidade sócio-histórica estudada. O todo concreto é, deste modo, tanto o ponto de partida, quanto o ponto de chegada. A pesquisa problematiza a realidade com o propósito de, por meio do conhecimento, transformá-la (Santos, 2000; Kosik, 1969; Magalhães; Souza, 2012).

A dialética entre a produção científica e o todo concreto é a problemática de fundo que motivou a realização da presente pesquisa. Os estudos meta-analíticos sobre o estado do conhecimento são relevantes na medida em que ajudam a compreender os objetos/temas/campos de estudos a partir de sua historicidade. A análise da produção científica revela a evolução e as principais características (epistemológicas, teóricas e metodológicas) que a pesquisa sobre o tema assumiu ao longo do tempo. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos que orientam os estudos sobre o estado do conhecimento, a presente pesquisa analisou a produção científica (dissertações, teses e artigos) sobre as políticas de AA na pós-graduação produzida entre 2012 e 2022. A investigação foi conduzida com o propósito de (i) identificar os temas de estudo predominantes (ii) analisar a evolução da produção científica ao longo do período; (iii) categorizar a produção de acordo com as modalidades de produção e, (iv) identificar as principais metodologias adotadas.

Tendo em vista esses objetivos, o presente artigo está estruturado em três partes fundamentais. A primeira parte aborda os aspectos conceituais e normativos da AA, sobretudo



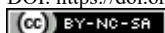
os marcos regulatórios e as principais políticas. Na sequência são apresentados os aspectos metodológicos do estudo. A terceira parte contempla a análise dos dados.

Ações afirmativas: aspectos conceituais e normativos

As AAs são políticas públicas destinadas a promover a inclusão das minorias e dos grupos sociais que, por razões variadas, foram historicamente excluídos, discriminados e/ou perseguidos. Na prática, elas são instrumentos por meio dos quais o Estado e a sociedade procuram reparar danos, reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e remover barreiras (formais e informais) que limitam e/ou impedem o exercício da cidadania e o acesso aos direitos oferecidos para o conjunto da sociedade (Oliven, 2007; Quirino, 2014). De acordo com Santos (2010, p. 186), as AAs visam “[...] reparar danos socioculturais e morais que foram e são provocados toda vez que a dimensão da diversidade e da diferença entre os indivíduos assumiu ou assume a forma de desigualdade [...]”. Na prática, as AAs promovem um tratamento diferenciado com o intuito de restituir - ainda que parcialmente - a igualdade de oportunidades aos grupos historicamente marginalizados (Jaccoud; Beghin, 2002). Numa sociedade desigual como a brasileira, as AAs produzem “discriminação positiva”, ou seja, elas visam expandir o princípio da igualdade sobre o mérito (Almeida, 2021; Feres Júnior, 2004). Nas palavras de Crosara (2017, p. 52), as AAs dão um “[...] tratamento diferenciado a grupos que se encontram em situação de desigualdade e exclusão, com o escopo de reequilibrar as situações assimétricas que criam desvantagens para as minorias e vantagens para as maiorias, promovendo a igualdade de oportunidade”.

Por meio delas, o Estado procura responder às demandas apresentadas pelos grupos sociais que, mediante suas reivindicações, denunciam os limites do princípio da igualdade formal e jurídica. O Estado abandona a sua tradicional posição de neutralidade e atua no sentido de concretizar a igualdade material.

Ainda promovem, nesse sentido, um “tratamento desigual” com o propósito de aliviar/reduzir as consequências de um passado discriminatório e, ao mesmo tempo, fomentar a transformação social. Como destaca Piovesan (2008), elas reafirmam o princípio do mérito para além da perspectiva liberal. As dimensões substantivas do mérito são reafirmadas duplamente, tanto no sentido retrospectivo (reparação histórica) quanto prospectivo (transformação das relações sociais do presente e do futuro). As AAs geram novas oportunidades, especialmente aos indivíduos e aos grupos sociais - parcial ou integralmente - excluídos do acesso aos direitos de cidadania e aos bens públicos oferecidos pela sociedade.



Como destacado acima, o conceito de AA é abrangente. Ele abarca um amplo conjunto de compromissos com a emancipação social e com a agenda contemporânea dos direitos humanos. A materialização dessa agenda tem sido um desafio permanente para o Estado e para a sociedade, especialmente para os movimentos sociais que lutam pela igualdade racial e a inclusão social. Os avanços obtidos nas últimas décadas, sobretudo no plano das políticas públicas, resultam dos consensos possíveis construídos entre os atores políticos e sociais.

O quadro a seguir ajuda a compreender o longo e complexo processo de formulação e institucionalização das políticas de AAs no Brasil. Ele evidencia, ainda que de forma resumida, como os marcos normativos aprovados foram dando origem a políticas públicas de ingresso de PPIs e PCD na educação superior.

Quadro 1 – Principais marcos regulatórios e políticas de AAs no Brasil.

Marcos regulatórios	Objetivos	Ano
Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)	Recomendou AAs para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia	1996
Projeto de Lei 73/1999	Propôs a reserva de vagas nas universidades públicas federais e estaduais	1999
Projeto de Lei 3.198/2000	Propôs o Estatuto da Igualdade Racial	2000a
Projeto de Lei 3.638/2000	Propôs o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais	2000b
Decreto nº 4.228/2002	Instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas	2002
Lei 12.288/2010	Instituiu o Estatuto da Igualdade Racial	2010
Decisão final do STF sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186)	Declarou a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas	2012
Lei 12.711/12	Instituiu a Lei de Cotas nas IFES	2012
Lei 12.990/14	Reservou aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União	2014
Lei 13.146/15	Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência	2015
Lei 13.409/16	Dispôs sobre a reserva de vagas para PCD nos cursos técnicos de nível médio e superior das IFES	2016a

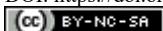
Portaria Normativa 13/MEC/2016	Induziu as IFES a criarem políticas de AAs nos programas de pós-graduação.	2016b
-----------------------------------	--	-------

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse conjunto de marcos normativos criou as condições legais e institucionais para a implementação das políticas de AAs na PG. Embora o primeiro marco legal tenha sido publicado em 2016 (Portaria Normativa n. 13/MEC/16) (Brasil, 2016b), os estudos desenvolvidos por Venturini (2019a, 2020) evidenciam que, desde o final da década de 1990, as universidades públicas brasileiras, especialmente a Universidade de Brasília, vinham discutindo a necessidade de políticas de AAs para o ingresso de negros na PG. Em 2002, a Universidade Estadual da Bahia (UNEBA) foi a primeira universidade pública a estabelecer uma política de AA para negros e indígenas nos PPG (Carvalho, 2006 apud Venturini, 2019a). Nos anos seguintes, foram implementadas políticas similares em diversos PPGs, a exemplo da UERJ (2002), USP (2004), UFPB (2004), UFRJ (2007), UFAM (2010), Museu Nacional (2012), UFPA (2012), UFSC (2013), etc.

Em 2015, o Ministério da Educação instituiu um grupo de trabalho (Portaria 929/MEC/15) com o propósito de elaborar propostas de AAs para a inclusão de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (Ministério da Educação, 2015). Os resultados desses GTs deram origem à Portaria Normativa 13/MEC/2016 (Brasil, 2016b). De acordo com a linha do tempo realizada por Venturini (2020), as referidas portarias estimularam as instituições a aprovar suas políticas institucionais de AAs na PG. Em 2015 foram duas (UFG e UFPI); em 2016, duas (UFAM e UFPB); em 2017, catorze (UFMG, UFBA, UFGD, UFU, UFT, UFPel, UFFS, UFRR, UFS, UFTM, UNIFAP, UNIPAMPA, UNIRIO e UFOP); em 2018, cinco (UFRJ, UFRB, UFAL, UFRPE e UFV); em 2019, cinco (UNIVASF, UFOPA, FURG, UFMS E UNILAB) e, em 2020, uma (UnB).

As políticas de AA na PG resultam de intensas disputas entre grupos com interesses distintos. As análises devem, neste sentido, levar em consideração os contextos e as relações de poder onde as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas. Como base no conceito de ciclo de políticas proposto por Ball, Maguire e Braun (2016), podemos afirmar que as políticas de AAs são perpassadas pelos contextos da influência, da produção do texto e da prática. Como destaca Mainardes (2022), as políticas educacionais não se restringem à implementação, pois os profissionais que atuam na educação reinterpretam e recontextualizam as políticas visando adaptá-las aos contextos reais e torná-las viáveis. Não há linearidade entre a concepção,



implementação e avaliação. Como destacam Mainardes, Ferreira, Tello (2011, p. 157), os contextos de influência, de produção do texto e contexto da prática são “intimamente ligados e inter-relacionados, não têm dimensão temporal nem sequencial e não se constituem como etapas lineares”.

A abordagem do ciclo de políticas proposta por Ball, Marguire e Braun (2016), permite superar a visão linear ancorada na etapa da implementação. A teoria do ciclo de políticas entrelaça várias dimensões: o material, o interpretativo e o discursivo. Como destacam Fávero, Santos, Centenaro (2022), os atores traduzem a política e, ao fazerem, interpretam atribuindo sentido a partir de seu contexto social, cultural, político e econômico. Por isso, a leitura de toda e qualquer política de ser sempre situada socialmente. O contexto está intrinsecamente ligado à relação entre sujeitos e a política, afirmando que “a política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (Ball, Maguire, Braun, 2016, p. 13). Neste sentido os atores assumem diferentes tipos de papéis, funções e compromissos no processo de interpretação e tradução prática da política.

Com base na teoria do ciclo de políticas, a análise a seguir considerará os contextos e os principais atores envolvidos, sobretudo os formuladores, os negociantes, os entusiastas, os tradutores, os críticos e os receptores como totalidade para a formulação das políticas de AA na pós-graduação.

Percorso metodológico e universo da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, do tipo estado do conhecimento (Trevisol; Shoenardie, 2022; Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021) combinada com análise de conteúdo (Bardin, 2011). O levantamento, a sistematização e a análise da produção científica foram realizadas a partir da metodologia comumente adotada nos estudos sobre o estado do conhecimento. O primeiro procedimento foi delimitar a abrangência da pesquisa e estabelecer um recorte temporal. O levantamento dos dados ficou circunscrito à produção científica brasileira sobre as AAs na pós-graduação, desenvolvida entre 2012 (ano da aprovação da Lei de Cotas) e 2022. Definiu-se, em seguida, as cinco bases/plataformas para a coleta dos dados: (i) Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; (ii) Portal de Periódicos CAPES; (iii) *Scientific Electronic Library Online* (Scielo); (iv) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, (v) GT Política da Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). A escolha dessas

bases de dados deve-se ao fato de serem as principais plataformas indexadoras da produção científica sobre ações afirmativas na educação superior no Brasil.

A coleta dos dados foi realizada por meio da combinação de várias técnicas adotadas nas pesquisas booleanas. Como destaca Ferneda (2003), as diferentes combinações tornam a pesquisa booleana mais detalhada e precisa. Ao utilizar os termos “AND”, “OR” e “NOT”, tem-se a possibilidade de ampliar ou reduzir a busca (Souza, 2019, p. 82).

Além dos operadores de pesquisa booleanos foram utilizadas as aspas, que podem reduzir as possibilidades de produções que são apresentadas ao pesquisador. As aspas fazem com que a plataforma busque pelo termo exato, ignorando outros assuntos que estão relacionados, mas que não o abordam de forma direta (Furtado, 2012; Souza, 2019). Utilizamos o operador “OR” para buscar as produções referentes às “ações Afirmativas” e “Cotas”, e “AND” para registrar os trabalhos referentes à “Pós-graduação”. Para orientar as buscas foram utilizadas algumas palavras-chave, como “graduação”, “pós-graduação”, “ações afirmativas” e “cotas”.

Quadro 2 – Relação dos itens obtidos por meio da pesquisa sobre a produção científica.

Catálogo	Descriidores	Quantidade	Selecionados
Portal de Periódicos CAPES	“Ações Afirmativas” OR “Cotas” AND “Pós- graduação”	201	22
Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	“Ações Afirmativas” OR “Cotas” AND “Pós-graduação”	19	6
SCIELO	Ações afirmativas na pós-graduação	9	9
BDTD	Ações afirmativas na pós-graduação	141	14
ANPEd	Ações afirmativas na pós-graduação	0	0
Total	Total	370	51

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Critérios para a inclusão e exclusão dos itens catalogados.

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Disponíveis on-line e de acesso aberto	Relacionados à graduação
Relacionados à pós-graduação	Não mencionam a pós-graduação
Relacionados às ações afirmativas	Não mencionam as ações afirmativas
Escritos e/ou publicados entre 2012 e 2022	Temas alheios aos objetivos da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ressalta-se que na primeira etapa foram selecionados 370 produtos. Na segunda etapa, após a submissão aos critérios de inclusão e exclusão, restaram 51 produtos. Com base no material selecionados, procedeu-se a análise das especificidades e a sequente definição das

principais categorias de análise. As categorias emergiram da análise dos referenciais comuns (temas, objeto de estudo, concepção e abordagens) presentes no material coletado.

Quadro 4 – Principais categorias e subcategorias de análise da produção científica.

Categorias	Subcategorias
1. Políticas de ações afirmativas na PG	Concepção
	Implementação
	Acompanhamento
	Avaliação
2. Avaliação de experiências de ações afirmativas na PG	Experiências institucionais
	Experiências pessoais
3. Ações afirmativas para PPIs, PcD e outras minorias	Negros
	Indígenas
	PcD
	Mulheres transexuais

Fonte: Elaboração dos autores.

O emprego das categorias permitiu uma análise qualitativa mais aprofundada sobre a evolução e as características da produção científica, como modalidade da publicação, ano, região, tema, objetivos e principais resultados.

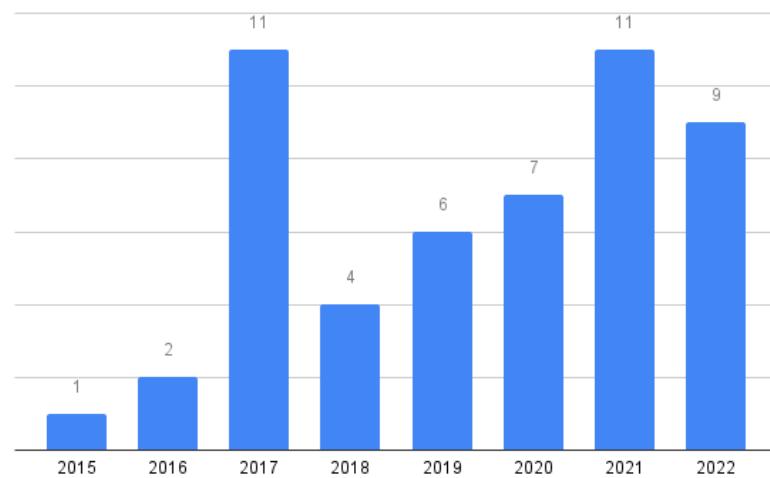
Resultados e Discussão

Com a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão descritos na metodologia, restaram 51 produções (13,8% do total), sendo 20 teses e dissertações (6 disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e 14 na BDTD) e 31 artigos publicados em periódicos (22 no Portal Periódicos CAPES e 9 no Portal SciELO). Desse total, 43,1% correspondem ao Portal Periódico CAPES, 27,5% do Portal BDTD, 17,6% do SciELO e 11,8% do banco de Teses e Dissertações CAPES. Constatamos uma ausência de trabalhos publicados no Portal da ANPEd.

Com relação à distribuição regional da produção científica, a pesquisa evidenciou que a maioria dos itens analisados foi produzida e publicada na região Sudeste do país (47,1% do total), seguida pela região Sul (23,5%), Centro-Oeste (21,6%), Nordeste (5,9%) e Norte (1,9%).

Em relação ao recorte temporal, a pesquisa evidenciou que a produção científica analisada é bastante recente. Não foi observado nenhum registro no período entre 2012 e 2014, correspondentes aos dois anos posteriores à aprovação da Lei de Cotas. Como é possível observar na figura a seguir, a primeira produção científica registrada (uma dissertação) foi produzida em 2015.

Figura 1 – Quantidade de trabalhos acadêmicos analisados por ano de publicação.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados evidenciam um progressivo aumento da produção científica até 2021. Os anos de 2017 e 2021 representam o maior número-de produções científicas. O quantitativo reflete a própria expansão das políticas de AAs e a importância das políticas públicas como fator de ascensão social e acadêmica. De acordo com o Observatório das Ações Afirmativas da Pós-Graduação (Obaap, 2023), entre 2018 e 2021 cerca de 794 programas de pós-graduação (PPG) implementaram as suas políticas de AAs. A pesquisa identificou um progressivo crescimento no número de registros de pesquisas até o ano de 2021, sendo 23,5% das produções referentes à categoria 1 (políticas de AAs na PG), 54,9% à categoria 2 (avaliação de experiências de AAs na pós-graduação) e 21,6% à categoria 2 (ações afirmativas para PPIs, PCD e outras minorias).

Categoria 1: políticas de AAs na PG

Do total da produção arrolada na categoria 1, (23,5% do total), seis são artigos, três são dissertações e três são teses. As referidas produções analisam os aspectos políticos e institucionais das AAs, ou seja, enquanto medidas adotadas pelo Estado com o propósito de promover a inclusão dos grupos socialmente vulneráveis.

Quadro 5- Relação dos trabalhos acadêmicos classificados na categoria 1.

Título	Autor(es)	Tipo de trabalho e ano	Objetivos
“Cotas nos cursos de pós-graduação das universidades estaduais do Rio de Janeiro: uma análise da lei n. 6.914/14 à	Nathani S. Lima	Dissertação (2017)	Unir a teoria e a prática, dando voz e expressão aos indivíduos envolvidos na elaboração e execução da lei que está sendo estudada.

luz do ciclo de políticas públicas”			
“Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão”	Ana C. Venturini	Tese (2019b)	Contribuir para a literatura de políticas públicas, explicando: (a) os motivos pelos quais e como o acesso de grupos marginalizados foi incorporado na agenda de decisão das universidades públicas brasileiras; (b) os fatores que levaram alguns PPGs a adotar as AAs em oposição a outros que não o fizeram; e (c) como a implementação de políticas de AAs alterou o processo de seleção tradicional realizado pelos PPGs.
“As políticas de cotas sócio- raciais como ação afirmativa nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras”	Antonio L. de Oliveira	Dissertação (2019)	Analisa a aplicação da política de cotas na PG das principais instituições de ensino superior públicas do país, identificando o número de estudantes matriculados de acordo com as diferentes categorias de cotas.
“Ações afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil?”	Fabiana S. Pereira e Ivan R. Neto	Artigo (2019)	Coletar informações advindas de pesquisas recentes acerca do perfil dos estudantes de PG no Brasil, uma vez que mais de 70% dos discentes matriculados em programas de mestrado e doutorado são de etnia branca.
“Ações afirmativas na pós-graduação”	Fabiana S. Pereira	Dissertação (2019)	Coletar informações advindas de pesquisas recentes acerca do perfil dos estudantes de PG no Brasil, uma vez que mais de 70% dos discentes matriculados em programas de mestrado e doutorado são de etnia branca.
“A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil: balanços e perspectivas”	Emanuel M. Carvalho	Tese (2019)	Realizar uma análise epistemológica acerca das teses e dissertações produzidas pelos PPGs no Brasil que investigaram a temática das ações afirmativas.
“Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas”	Ana C. Venturini e João F. Junior	Artigo (2020)	Apresentar os resultados do processo de implementação de políticas de AAs em PPGs (mestrado e doutorado) em universidades públicas.
“Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da Portaria Normativa 13/2016”	Ana C. Venturini	Artigo (2021)	Analisa a forma como as políticas de AAs para a PG foram incorporadas na agenda de decisões da CAPES e do MEC, bem como, investigar o processo que levou à criação da Portaria n. 13/2016.
“Ações afirmativas na pós-graduação: o quadro atual nos programas da área do Direito”	Marciano S. de Godoi e Gabriella V. L. Silva	Artigo (2021)	Possuir com a implementação de medidas de AA em instituições privadas de pós-graduação.
“Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional”	Anna C. Venturini	Artigo (2022)	Explicar como a introdução de políticas de AA levou a alterações nos processos de seleção de candidatos.
“A Construção da agenda de pesquisas sobre ação afirmativa na pós-graduação brasileira”	Jurandir de A. Araújo, Gilvanice B. da S. Musial	Artigo (2022)	Apresentar um balanço da produção acadêmica a respeito da AA na PG brasileira, com o objetivo de identificar as principais características dessa agenda de pesquisa.

	e Marta L. T. B. de Jesus		
“As ações afirmativas na Pós-graduação em Educação: acesso, permanência e produção do conhecimento nas universidades federais do Nordeste”	Larissa Cavalcanti de Albuquerque	Tese (2022)	Analisar o procedimento de implementação de cotas na PG (<i>stricto sensu</i>) das universidades federais do Nordeste, tomando como ponto de partida as resoluções específicas adotadas por essas instituições.

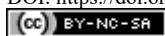
Fonte: Elaborado pelos autores.

As produções arroladas na categoria 1 refletem um enfoque comum no ciclo das políticas de ação afirmativa na pós-graduação, abrangendo a concepção, implementação, acompanhamento e avaliação dessas políticas. Esses dados proporcionam uma compreensão geral sobre quais políticas foram implementadas, como foram aplicadas, as razões para sua adoção, seus preceitos e os resultados alcançados.

O debate mais frequente dentro da categoria 1 está relacionado à implementação no ciclo de políticas de ações afirmativas, seguido pela avaliação. No entanto, os estudos apresentam abordagens distintas. Enquanto uns visam analisar a implementação das políticas, como se deu a formação de agenda governamental ou até mesmo os preceitos históricos e conceituais que culminaram em lei de ações afirmativas, outros têm como objetivo apresentar como a implementação dessas políticas alteraram os processos seletivos organizados pelas instituições ou identificar o número de estudantes por modalidade de cotas. Além disso, foi observado que alguns trabalhos exploram, além da categoria de políticas de ações afirmativas na pós-graduação, discussões que se enquadram em outras categorias devido sua abrangência e complexidade.

Sob essa perspectiva, tem-se o estudo intitulado "Cotas nos cursos de Pós-Graduação das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro: uma análise da lei n. 6.914/14 à luz do Ciclo de Políticas Públicas", realizado por Lima (2017). Nesse estudo, a autora examina as experiências das universidades do estado do Rio de Janeiro com a implementação da lei de cotas na pós-graduação, analisando o processo por meio do ciclo de políticas públicas.

Outrossim, Venturini (2019b) abrange diferentes subcategorias, que vão desde a concepção até a implementação. Carvalho (2019) realiza uma análise das temáticas mais abordadas em teses e dissertações sobre ações afirmativas na pós-graduação e um trabalho que se destaca é o artigo de Godoi e Silva (2021), que aborda sobre a necessidade de se discutir acerca das ações afirmativas nas universidades privadas, principalmente na área do Direito, afirmam os autores. No contexto da categoria 1, os trabalhos selecionados possuem em comum o foco em investigações documentais combinadas com pesquisas de campo. As abordagens



teóricas/epistemológicas são diversas, porém, se destaca o ciclo das políticas públicas apresentadas na pesquisa de Lima (2017) e a fundamentação liberal na pesquisa de Oliveira (2019) baseada nas teorias da justiça como equidade. Um segundo elemento comum é a abordagem da formulação e implementação das políticas a partir do estudo dos atores envolvidos tais como gestores, coordenadores, estudantes e lideranças políticas. A perspectiva é descrever os campos de tensões na formulação das políticas de AA na PG e suas dificuldades de implementação. Um terceiro ponto comum é que as pesquisas tratam do entendimento das políticas de AAs a partir da Portaria 13/MEC/2016 (Brasil, 2016b).

Em sua totalidade, as pesquisas apontam como positiva a Portaria 13/MEC/2016 como vetor de justiça e inclusão social, contudo, apresentam fragilidades e dificuldades na implementação dessas políticas pelas IES (Brasil, 2016b). Por fim, é possível verificar que as pesquisas se orientam por um ecletismo metodológico, o que leva a afirmar, que os investigadores da área ainda não solidificaram uma concepção metodológica e epistemológica própria.

Categoria 2: avaliação das experiências de AA na PG

A categoria 2 corresponde a 54,9% das produções analisadas, sendo 17 artigos, 9 dissertações e 2 teses. Os trabalhos arrolados nessa categoria analisam diferentes experiências individuais e institucionais de implementação de AAs na PG.

Quadro 6- Relação dos trabalhos acadêmicos classificados na categoria 2.

Título	Autor(es)	Tipo de trabalho e ano	Objetivos
“Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele”	Anderson da C. Pereira	Artigo (2017)	Apresentar diversas situações da trajetória pessoal do autor, desde antes da graduação até a escrita, relacionando essas experiências com alguns dos principais argumentos a favor e contra as políticas de acesso à pós-graduação que vêm sendo implementadas no Brasil.
“Minha vida como estudante no mundo dos brancos”	Nelly Duarte	Artigo (2017)	Propor uma reflexão sobre a jornada desafiadora que a autora percorreu para chegar à universidade e, mais especificamente, as estratégias que utilizou para superar as adversidades encontradas.
“Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação do Museu Nacional”	Anna C. Venturini	Artigo (2017)	Contribuir para a literatura de modo a analisar, de maneira crítica, tanto a formulação quanto a implementação das políticas de AA para a PG.

“O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP”	Ana L. de Fiori, Cibele B. Assênsio, Fabiana Andrade, Jacqueline M. Teixeira, Letizia Patriarca e Talita L. Dal’Bó	Artigo (2017)	Evidenciar que é viável criar e aplicar políticas de ação afirmativa, como o sistema de cotas, no programa de pós-graduação em Antropologia da USP.
“A proposta de cotas e ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo: do tédio à melodia”	Ana C. R. D. Marques, Ana L. de Fiori, Cibele B. Assênsio, Fabiana de Andrade, Jacqueline M. Teixeira, Letizia Patriarca e Talita L. Dal’Bó	Artigo (2017)	Apresentar a proposta da Comissão Permanente de Ações Afirmativas (CPAA) do PGAS/USP, baseada em outras iniciativas bem-sucedidas de programas de pós-graduação em universidades públicas brasileiras que implementaram políticas afirmativas.
“A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais”	Márcio Goldman e Gabriel Banaggia	Artigo (2017)	Producir análises sobre questões de racismo e inclusão a partir da intersecção entre a formação acadêmica dos autores como antropólogos e suas vivências como etnógrafos.
“Apresentação - Reflexões a partir da experiência do Museu Nacional”	Aline M. Nascimento e Barbara P. da S. Cruz	Artigo (2017)	Questionar o motivo pelo qual os campos de estudos das "Relações Étnico-Raciais" e "Etnologia Indígena" têm sido, em sua maioria, incapazes de incluir a presença e a produção intelectual dos grupos que são estudados como "objetos" desses campos, com exceções pontuais.
“A inserção da ação afirmativa na pós-graduação”	Rute C. D. da Palma e Regina A. da Silva	Artigo (2017)	Destacar a criação, em 2014, do Conselho de Políticas de Ações Afirmativas, que está ligado à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE).
“Mestres/as negros/as: trajetórias na pós-graduação dos/as egressos/as do curso de formação pré-acadêmica afirmação na pós-graduação”	Kelly Cristina C. de Souza	Dissertação (2018)	Analizar o percurso de indivíduos negros e negras que concluíram o curso pré-acadêmico denominado "Afirmação na Pós", e que posteriormente ingressaram na pós-graduação.
“Representações das cotas raciais na graduação e pós-graduação entre docentes produtividade em pesquisa (PQ) na Universidade Federal de Goiás”	Aline D. dos Santos	Dissertação (2018)	Apresentar as visões sociais de apoio, resistência, realinhamento e reinterpretação das políticas de ação afirmativa e identificar o nível de aceitação ou oposição à política de cotas no nível de pós-graduação por parte dos professores Produtividade em Pesquisa (PQs).
“A presença/ausência do índio na pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe: entre tensões e o direito de seguir além da aldeia”	Larissa F. Ferro	Dissertação (2018)	Analizar, com base nas leis, decretos, portarias, regulamentos etc. relacionados à Universidade Federal de Sergipe qual é o papel dos povos indígenas dentro dessa universidade, levando em consideração as perspectivas dos próprios indígenas.
“A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer”	Talita L. Dal'Bó	Tese (2018)	Analizar a trajetória de estudantes indígenas nas universidades brasileiras nos últimos quinze anos, em particular nas instituições UFSCar e UFAM.

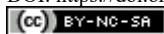
“Ações afirmativas na pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> : análise da Universidade Federal do Paraná”	Ana C. Vanali e Paulo Vinícius B. da Silva	Artigo (2019)	Abordar a distribuição racial dos professores e alunos nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> UFPR.
“Universidade de Brasília, para quê? E para quem? Um estudo sobre as ações afirmativas para negros(as) no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB”	Kelly M. Bezerra	Dissertação (2020)	Investigar os efeitos e impactos potenciais da implementação das ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB.
“Processos educativos desvelados no convívio: curso equidade”	Alessandra G. da S. Oliveira, Ana C. A. M. Soarez, Gilmar A. de Oliveira, Natália L. dos Santos e Luciene A. da Silva	Artigo (2020)	Compreender como ocorreram os processos educacionais durante a realização do programa de ação afirmativa "Equidade no acesso à pós-graduação para populações sub-representadas" em 2012.
“A experiência de estar na universidade sob a ótica de uma indígena estudante da pós-graduação”	Gilza F. de S. F. Pereira, Wagner R. do Amaral e Jenifer A. B. Bilar.	Artigo (2020)	Destacar as trajetórias de acadêmicos e profissionais indígenas que se formaram em universidades públicas graças às políticas de AAs e aumentar a visibilidade e o reconhecimento dessas trajetórias.
“Políticas afirmativas na pós-graduação da FACE: um estudo das representações sociais”	Selma M. Coelho	Dissertação (2020)	Identificar e relatar o número de egressos negros cotistas provenientes dos cursos de graduação da Universidade de Brasília (UnB), com foco na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE).
“Inclusão universitária sob as perspectivas do acesso e da permanência: análise da política de cotas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> das universidades estaduais do Rio de Janeiro”	Rafaela N. do Nascimento	Dissertação (2020)	Examinar a política de cotas nos programas de pós-graduação da UERJ, UENF e UEO, com ênfase no acesso e na permanência de estudantes em programas de mestrado e doutorado.
“Ações afirmativas na pós-graduação: a experiência nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul”	Fabiana L. de Souza	Dissertação (2021)	Analizar como foram criadas e implementadas as políticas de ação afirmativa por meio de cotas e sobrevasas na PG da UEMS, UFMS e UFGD durante o período de 2016 a 2019.
“Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília”	Joaze Bernardino-Costa e Antonádia Borges	Artigo (2021)	Destacar que a implementação da política de AAs na universidade foi resultado do ativismo antirracista de professores(as) e estudantes negros(as) e brancos(as).
“Universidade de Brasília, Para Quê? E Para Quem? Um Estudo Sobre As Ações Afirmativas Para Negros (As) no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB”	Kelly M. Bezerra e Renisia C. G. Filice	Artigo (2021)	Compreender quais podem ser os efeitos e impactos decorrentes da adoção de políticas de AAs nesse PPG.
“O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na pós-	Tanesca S. Cal	Dissertação (2021)	Analizar como as políticas de AAs foram implementadas no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante o período de 2017 a 2020.

graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA)"			
“Trajetórias e experiência de acesso à Pós-Graduação por meio de ações afirmativas”	Márcia B. de Araújo e Santuza A. da Silva	Artigo (2021)	Conhecer e analisar as trajetórias escolares e de vida de cinco sujeitos.
“Ações afirmativas no ensino superior: o caso do Programa de Pós-graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense”	Francisca M. R. de Andrade, Jacqueline de S. Gomes, Marcelo N. de Almeida, Yuri M. S. Milagres	Artigo (2022)	Analizar a implementação de políticas de AAs com base na experiência da "Comissão para Inserção de Cotas no Edital de Seleção" do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense (UFF).
“Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS”	Éverton Garcia da Costa	Artigo (2022)	Delinear uma análise sobre o presente cenário das políticas de AAs na PG da UFRGS.
“Justiça inconclusa: vícios e virtudes da política de cotas na pós-graduação da UFRGS”	Luciana Garcia de Mello	Artigo (2022)	Analizar os impactos das políticas de AAs dos PPGs da UFRGS no combate ao racismo estrutural.
“Implementação da política de cotas raciais em um programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro”	Cintia Nóbrega Gabetto de Sá	Dissertação (2022)	Avaliar o processo de implantação da política de cotas raciais no PPG em Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
“Quilombolas na pós-graduação construindo Ebgés de resistência - deslocamentos pessoais, coletivos, político-pedagógicos e pluriepistêmicos no ensino superior”	Andréia Rosalina Silva	Tese (2022)	Analizar o cenário de quatro universidades públicas brasileiras: UnB, UFG, UFRB, UFBA e examinar o efeito das cotas no acesso à pós-graduação para quilombolas, avaliando as mudanças pessoais, comunitárias e institucionais ocorridas durante esse processo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As produções da categoria 2 refletem o interesse dos pesquisadores em compreender de que maneira as políticas de AAs impactaram as instituições e os públicos beneficiados. Percebe-se, ainda, a preocupação com o êxito dos novos ingressantes, visando às políticas de permanência; a análise, principalmente, da etapa de implementação das ações afirmativas nas universidades, assim como tornar visível a viabilidade de implementação dessas ações, ao promover a inclusão. Ademais, evidenciam as trajetórias dos grupos beneficiados, a partir de suas experiências nas instituições, a saber: as dificuldades enfrentadas, o racismo e as resistências. Sendo assim, os estudos apontam de que maneira essas políticas contribuíram e foram relevantes ou concomitantes com a noção de identidade e pertencimento dos indivíduos analisados, bem como a contribuição destas para a instituição estudada.

Do ponto de vista epistemológico, as pesquisas não apresentam, de maneira geral, um posicionamento teórico/científico. A exceção é a pesquisa de Bernardino-Costa e Borges (2021)



que estuda as AAs na pós-graduação a partir da perspectiva decolonial. A falta de definição de posicionamento epistemológico está atrelada à natureza das pesquisas que procuram evidenciar com maior ênfase a apropriação das experiências pessoais e institucionais. A cartografia e a etnografia são metodologias utilizadas nas pesquisas. Quanto aos procedimentos, os estudos utilizam a coleta documental interligada com a problematização crítica das experiências pessoais e institucionais da IES. Por fim, na categoria não foram encontradas pesquisas que tratem de experiências na pós-graduação com PCD e nem investigações que tratam sobre experiências ou iniciativas em PG nas universidades particulares.

Categoria 3: Ações afirmativas para PPIs, PCD e outras minorias

Na categoria 3 foram arrolados 11 trabalhos, correspondendo a 21,6% do total. As produções dessa categoria analisam as políticas de AAs e suas contribuições para a inclusão das minorias sociais. A categoria 3 inclui um total de 8 artigos e 3 dissertações.

Quadro 7- Relação dos trabalhos acadêmicos classificados na categoria 3.

Título	Autor(es)	Tipo de trabalho e ano	Objetivos
“Ações afirmativas para a população negra em programas de pós-graduação: aprofundando a questão da Universidade de Brasília”	Rivany B. Beú	Dissertação (2015)	Analizar quão eficiente tem sido as pressões sociais exercidas pelos alunos negros nos cursos de pós-graduação da UnB para a ampliação do acesso
‘Políticas e práticas contemporâneas sobre relações raciais e a pós-graduação’	Marcos A. B. da Silva	Artigo (2016)	Examinar tópicos relacionados às relações raciais e à PG na sociedade brasileira, com base nas políticas de AAs, as trajetórias e oportunidades educacionais, objetivos e planos para o futuro da PG.
“No topo do mundo: Everest e ações afirmativas na pós-graduação”	José A. dos Santos e Luciana G. de Mello	Artigo (2016)	Refletir sobre as desigualdades formadas historicamente no ingresso ao ensino superior no Brasil, refletindo sobre o quadro atual das políticas de AAs na PG para o acesso de estudantes negros no país.
“Contradisciplina: indígenas na pós-graduação e os futuros da antropologia”	Marcela S. C. de Souza	Artigo (2017)	Indicar e discutir as dificuldades e implicações para a disciplina de Antropologia como um todo, bem como para a produção teórica específica, diante da inclusão dos povos indígenas.
“A volta da Cobra Canoa: em busca de uma antropologia indígena”	João P. L. Barreto e Gilton M. dos Santos	Artigo (2017)	Propor um exercício de reflexão para buscar uma antropologia que leve em conta a perspectiva e os saberes dos povos indígenas.
“Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os ‘cis’temas’ de pós-graduação”	Sara W. York	Dissertação (2020)	Incorporar elementos fundamentais para a construção de uma educação que seja democrática, laica, pública, feminista e que leve em consideração a epistemologia travesti.

“O acesso de estudantes negros à pós-graduação: um estudo sobre inclusão étnico-racial na universidade pública”	Edna Martins; Luiz C. Novaes, Eric D. da Gama.	Artigo (2021)	Descrever a situação do acesso de estudantes negros em PPG em Educação de uma universidade pública federal entre 2013 e 2018, considerando a ausência de políticas de cotas.
“Ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação: ausências, propostas e disputas”	Luiz Mello	Artigo (2021)	Explicar a importância das AAs na luta contra o racismo e na promoção de valores antirracistas.
“O desenvolvimento é para todos: ações afirmativas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Direito sob uma perspectiva racial”	Amália R. de M. Silva	Dissertação (2021)	Examinar a política de AAs que utiliza critérios raciais para a reserva de vagas na PG em Direito nas instituições públicas de ensino superior.
“Demarcar as universidades”: povos indígenas e ações afirmativas na pós-graduação brasileira”	Iara T. Bonin	Artigo (2022)	Apresentar informações sobre as iniciativas destinadas a promover a entrada de estudantes indígenas em programas de mestrado e doutorado em educação de universidades públicas.
“Dessenhizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação”	Antonádia Borges e Joaze Bernardino-Costa	Artigo (2022)	Refletir sobre a conexão e a interdependência entre padrões de destaque acadêmico, a persistência do conhecimento colonial e a presença do racismo institucional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados arrolados no quadro acima revelam uma abordagem frequente nos grupos étnico-raciais compostos por indivíduos pretos, pardos e indígenas. Dos 11 trabalhos presentes na categoria, 7 abordam sobre os desafios dos negros na PG, 3 abordam sobre a presença indígena e apenas 1 sobre o desafio de ocupar o espaço na PG sendo um corpo trans. Sobre a população negra, os estudos debruçam-se acerca de distintos assuntos, dentre eles: a preocupação em torno das demandas referentes à população negra, se estas estão sendo assistidas ou não. As relações raciais na PG após as políticas de AAs. A descrição de como eram as oportunidades de acesso da comunidade negra antes da política de cotas e, assim, demonstrar a importância de sua implementação na promoção do acesso e permanência. A necessidade de aumentar a participação dos negros na PG e explicar a relevância das AAs na luta contra o racismo e na propagação de valores antirracistas. A reflexão sobre as desigualdades históricas no acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo que é necessária a análise a respeito do atual quadro das políticas de AAs na PG para o ingresso de estudantes negros.

Sobre a população indígena, comprehende-se a necessidade de abertura para o debate acerca das dificuldades para a disciplina de Antropologia, assim como produção teórica, haja visto a inclusão de indígenas na PG, bem como a reflexão de uma antropologia que considere os saberes dos povos indígenas. Ademais, apresentar informações sobre as iniciativas criadas para a inserção de estudantes indígenas na pós-graduação *stricto sensu*.



Quanto às características acadêmicas, as pesquisas que integram essa categoria são predominantemente qualitativas, com largo uso da técnica da análise de conteúdo. No campo epistemológico predomina o ecletismo e a diversidade de abordagens metodológicas.

É relevante destacar a ausência de trabalhos que tratem da temática das pessoas com deficiência (PcD) na Pós-Graduação (mestrado e doutorado), e que isso constitui um fator que demanda atenção. Inclusive, a ausência de estudos que envolvam a trajetória de estudantes com deficiência na educação pós-superior também sugere a não presença desses indivíduos nas universidades.

Considerações finais

O estudo evidenciou, em primeiro lugar, que o interesse dos acadêmicos pelo tema cresceu significativamente após a publicação da Portaria n. 13/MEC/2016 (Brasil, 2016b). A produção científica nessa área tem, portanto, uma relação estreita com as políticas públicas que o Estado brasileiro implementou nos últimos anos. O aumento do número de dissertações, teses e artigos, a partir de 2015, reflete o progressivo engajamento das instituições no processo de implementação de AAs na PG.

Cabe destacar, em segundo lugar, que o aumento ficou bastante concentrado na região Sudeste do país (que responde por cerca de 47,7% da produção analisada) e nas IES públicas federais e estaduais. Há apenas uma produção sobre a importância de se conceber AA nas IES comunitárias e particulares. Além disso, há uma concentração/predominância de estudos sobre as experiências de inclusão de pretos, pardos e indígenas. Observou-se, por outro lado, a ausência de pesquisas sobre a inclusão de PcD na PG. Essa ausência reflete a cultura de exclusão, a fragilidade das políticas de AA para as pessoas com deficiência e a histórica invisibilidade desses grupos no interior das IES. Os resultados reafirmam a necessidade de avançar na implementação e aperfeiçoamento das políticas de AA na pós-graduação, estabelecidas inclusive pela Estratégia 14.5 do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

A pesquisa elucidou, em terceiro lugar, que algumas áreas de conhecimento têm sido mais protagonistas que outras no esforço de debater, implementar e analisar as políticas de AA na PG. Entre essas áreas cabe destaque para a Antropologia, especialmente os PPGs da UFRJ, UFAM, UFPA, UFSC, UnB e Unicamp.

No que tange à metodologia, observa-se o predomínio de pesquisas de natureza qualitativa, com coleta documental e pesquisa de campo. O ecletismo epistemológico aparece

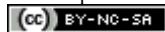


como uma característica marcante desse campo de estudo, caracterizados pela pluralidade de metodologias, técnicas e perspectivas teóricas, muitas das quais antagônicas e contraditórias. Como destacam Tonieto e Fávero (2020), a fragilidade epistemológica resulta em investigações “gelatinosas”. A falta de posicionamento epistemológico do investigador impossibilita a reflexão sobre o próprio processo de investigação (Tello; Mainardes, 2012).

A produção científica analisada reflete os avanços e as lacunas do processo de implementação de AA nos PPG no Brasil. Os trabalhos analisados retratam os desafios da construção da cidadania num país profundamente desigual, onde negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência lutam diariamente para acessar os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. C. de. **As ações afirmativas na Pós-graduação em Educação: acesso, permanência e produção do conhecimento nas universidades federais do nordeste.** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23122?locale=pt_BR. Acesso em: 28 mar. 2024.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- ANDRADE, F. M. R. de.; GOMES, J. de S.; ALMEIDA, M. N. de.; MILAGRES, Y. M. S. Ações afirmativas no Ensino Superior: o caso do Programa de Pós-graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 122–141, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64905>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- ARAÚJO, M. B. de; SILVA, S. A. da. Trajetórias e experiência de acesso à pós-graduação por meio de ações afirmativas. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 954–968, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/64404>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- ARAÚJO, J. de A.; MUSIAL, G. B. da S.; JESUS, M. L. T. B. de. A construção da agenda de pesquisas sobre ação afirmativa na pós-graduação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e254626, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254626>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- BALL, S. J; MAGUIRE, M; BRAUN, A. **Como as escolas fazem política:** atuação em escolas secundárias: questões e dilemas. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.



BARRETO, J. P. L.; SANTOS, G. M. D. A volta da Cobra Canoa: em busca de uma antropologia indígena. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 84–98, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132068>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BATISTA DA SILVA, M. A. Políticas e práticas contemporâneas sobre relações raciais e a pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 13, n. 30, 2016. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/924>. Acesso em: 28 mar. 2024

BERNARDINO-COSTA, J.; BORGES, A. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.253119>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BEÚ, R. B. **Ações afirmativas para a população negra em programas de pós-graduação: aprofundando a questão da Universidade de Brasília**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília. Brasília, DF, p. 170. 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/19996>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BEZERRA, K. M.; FILICE, R. C. G. **Universidade de Brasília, para quê? E para quem?** Um estudo sobre as ações afirmativas para negros (as) no programa de pós-graduação em direito da UnB. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. Ed. Especial, p. 120–144, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1239>. Acesso em: 28 mar. 2024.

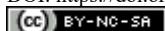
BEZZERA, K. M. **Universidade de Brasília, para quê? E para quem?** Um estudo sobre as ações afirmativas para negros(as) no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/38913>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BONIN, I. T. Demarcar as universidades”: povos indígenas e ações afirmativas na pós-graduação brasileira. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxeducativa/article/view/19422>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BORGES, A.; COSTA-BERNARDINO, J.; Dessenhorizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. **Revista Mana**, v. 28, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NPfQ9whrndg5XTZpV3CYcDm/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)**. Brasília, DF: Ministério de Justiça, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei 73, de 24 de fevereiro de 1999**. Propôs a reserva de vagas nas universidades públicas federais e estaduais. 1999. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013>. Acesso em: 10 jun. 2023.



BRASIL. Projeto de Lei 3.198, de junho de 2000. Propôs o Estatuto da Igualdade Racial. 2000a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19262>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei 3.638/2000. Propôs o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais. 2000b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/19977>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002. Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 09 maio 2023.

BRASIL. Lei n. 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.

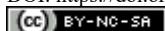
BRASIL. Lei 12.990/14, de 09 de junho de 2014. Reservou aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. Lei 13.146/15, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 de jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Portaria normativa n. 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. 2016b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18977. Acesso em: 15 jul. 2023.

CAL, T. S. O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal



da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35131/1/dissertacao%20repositorio.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CARVALHO, E. M. A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil: balanços e perspectivas. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1090135>. Acesso em: 26 mar. 2024.

COELHO, S. M. Políticas afirmativas na pós-graduação da FACE: um estudo das representações sociais. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em:
<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/38957>. Acesso em: 28 mar. 2024.

COSTA, É. G. da. Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 10, n. 26, 2022. Disponível em:
<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/898>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CROSARA, D. de M. A política afirmativa na educação superior brasileira: uma análise constitucional do sistema de cotas da Lei nº 12.711/2012. In: CONPEDI/ UMinho (org.). **Direitos sociais e políticas públicas**. Florianópolis: CONPEDI, 2017.

CUNHA, L. A. C. R. da. **A universidade temporâ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

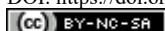
DAL'BO, T. L. A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25102018-105344/pt-br.php>. Acesso em: Acesso em: 28 mar. 2024.

DUARTE, N. Minha vida como estudante no mundo dos brancos. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 47–54, 2017. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132066>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FÁVERO, A. A; SANTOS, A. P; CENTENARO, J. B. A teoria da atuação nas investigações sobre políticas educacionais. In: FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; CONSÁLTER, E.; CENTENARO, J. B. (org.). **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Chapecó, SC: Livrologia, 2022.

FERES JÚNIOR, J. Ação Afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas. **Revista Econômica**, v. 6, n. 2, 2004.

FERES JÚNIOR, J; CAMPOS, L. A; DAFLON, V. T; VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018, 190 p.



FERNEDA, E. Recuperação de informação: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação. 2003. Orientadora: Johanna Wilhelmina Smit. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-15032004-130230/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

FERRO, L. F. A presença/ausência do índio na pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe: entre tensões e o direito de seguir além da aldeia. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9642>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FIORI, A. L. de; ASSÊNCIO, C. B.; ANDRADE, F.; TEIXEIRA, J. M.; PATRIARCA, L.; DAL'BÓ, T. L. O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 55–83, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132101>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FURTADO, T. Conheça todos os comandos de buscas do Google. 2012. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-etutoriais/noticia/2011/07/guia-conheca-todos-oscomandos-de-buscas-do-google.html>. Acesso em: 08 jul. 2023.

GODOI, M. S. de.; SILVA, G. V. L. Ações afirmativas na pós-graduação: o quadro atual nos programas da área do Direito. **Revista de Direito**, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/12004>. Acesso em: 26 mar. 2024.

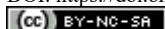
GOLDMAN, M.; BANAGGIA G. A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 16–34, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132062>. Acesso em: 28 mar. 2024.

JACCOUD, L. de B.; BEGHIN, N. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília, DF: Ipea, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

KOSIK, K. Dialética do concreto. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

LIMA, N. S. Cotas nos cursos de pós-graduação das universidades estaduais do Rio de Janeiro: uma análise da lei 6.914/14 à luz do ciclo de políticas públicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Centro de Ciência do Homem, Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/05/N%C3%81THANI-SIQUEIRA-LIMA.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MAGALHÃES, S. M. O.; SOUZA, R. C. R. de. A questão do método e da metodologia: uma análise da produção acadêmica sobre professores(as) da Região Centro-Oeste/Brasil. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 669-693, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 17 jul. 2023.



MAINARDES, J. Contribuições da teoria da atuação para a pesquisa em políticas educacionais. In: FÁVERO, A. A; TONIETO, C; CONSÁLTER, E; CENTENARO, J. B (org.). **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Chapecó, SC: Livrologia, 2022.

MAINARDES, J; FERREIRA, M. S; TELLO, C; Análise de políticas: fundamentos e princípios debates teóricos-metodológicos. In: BALL, S. J; MAINARDES, J. (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, A. C. R. D.; FIORI, A. L. de; ASSÊNCIO, C. B.; ANDRADE, F.; TEIXEIRA, J. M.; PATRIARCA, L.; DAL'BÓ, T. L. A proposta de cotas e ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo: do tédio à melodia. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 25, p. 46-55, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/138785/134137>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MARTINS, E.; NOVAES, L. C.; DANTAS DA GAMA, E. O acesso de estudantes negros à pós-graduação: um estudo sobre inclusão étnico-racial na universidade pública. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 16, n. 39, p. 120–148, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/23476>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MELLO, L. Ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação: ausências, propostas e disputas. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3835>. Acesso em: 28 mar. 2024.

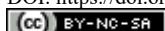
MELLO, L. G. Implementação da política de cotas raciais em um programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de sociologia**, v. 10, n. 26, p. 41-68, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria 929**. Diário Oficial da União nº 176, de 15 de setembro de 2015. Seção 1, p. 10-11. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=10&data=15/09/2015>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NASCIMENTO, A. M.; DA SILVA CRUZ, B. P. Apresentação-reflexões a partir da experiência do Museu Nacional. **Revista de Antropologia**, v. 60, n. 1, p. 9-15, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132057/128279>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NASCIMENTO, R. N. do. **Inclusão universitária sob as perspectivas do acesso e da permanência**: análise da política de cotas na pós-graduação stricto sensu das universidades estaduais do rio de janeiro. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp->



content/uploads/sites/11/2021/08/Dissertacao-Rafaela-Nogueira-do-Nascimento-PPGPS_UENF.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. **Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul.** 1. ed. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019.

OLIVEIRA, A. G. da S.; SOAREZ, A. C. A. M.; OLIVEIRA, G. A. de; SANTOS, N. L. dos; SILVA, L. A. da. Processos educativos desvelados no conviver: curso equidade.

MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, São Carlos, SP, v. 4, n. 2, p. 167–179, 2020. Disponível em: <https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2020-v4-n2-p167-179>. Acesso em: 28 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. L. **As políticas de cotas sócio-raciais como ação afirmativa nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.107.2019.tde-10082021-122012>. Acesso em: 16 jul. 2023.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, v. 30, n. 1, 19 jun. 2007.

OBAAP. Observatório das ações afirmativas na pós-graduação. 2023. Disponível em: <https://www.obaap.com.br/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

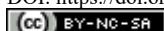
PALMA, R. C. D.; SILVA, R. A. da. A inserção da Ação Afirmativa na pós-graduação. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 26, n. 63, p. 955–974, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5565>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PEREIRA, A. C. Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 35–46, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132065>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PEREIRA, F. S. **Ações Afirmativas na Pós-Graduação.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Instituto de Ciências Básicas de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194789>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PEREIRA, F. S.; NETO, I. R. Ações afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil? **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 15, n. 4, p. 105-127, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13072>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PEREIRA, G. F. de S. F; AMARAL, W. R. do; BILAR, J. A. B. A experiência de estar na universidade sob a ótica de uma indígena estudante da pós-graduação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 158, p. 02 – 18, 2020. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4791/2530>. Acesso em: 28 mar. 2024.



PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 887-896, 2008.

QUIRINO, L. J. de A. **Ações afirmativas na universidade pública brasileira**. 2014. Tese de Láurea - Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3524, de 28 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/92c5d19ef1ca546032569c40069afa7?OpenDocument>. Acesso em: 26 mar. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3708, de 09 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do rio de janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument&ExpandView&ExpandSection=-5>. Acesso em: 26 mar. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4061, de 02 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre a reserva 10% das vagas em todos os cursos das universidades públicas estaduais a alunos portadores de deficiência. 2003. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/90841/lei-4061-03>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SANTOS, A. D. dos. **Representações das cotas raciais na graduação e pós-graduação entre docentes produtividade em pesquisa (PQ) na Universidade Federal de Goiás**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/2f1a5768-04cf-4c29-bffa-0df46db0c3f0>. Acesso em: 28 mar. 2024.

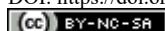
SANTOS, A. P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, MG, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. A.; GARCIA DE MELLO, L. No topo do mundo: Everest e ações afirmativas na pós-graduação. **Anos 90**, [S. l.], v. 23, n. 44, p. 111–138, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/68482>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SANTOS, S. M. de M. dos. Política social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). **Capitalismo em crise, política social e direito**. São Paulo: Cortez, 2010.

SÁ, C. N. G. **Implementação da política de cotas raciais em um Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2022. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2022. Disponível em:



<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28238/Cintia%20de%20S%C3%A1%20-20disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20final%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, A. R. **Quilombolas na pós-graduação construindo Ebgues de resistência - deslocamentos pessoais, coletivos, político-pedagógicos e pluriepistêmicos no ensino superior.** 2022. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/ufscar/16942/TESE%20%20Doutorado%20Andr%C3%A9a%20Rosalina%20Silva%20PPGE%20-%20Quilombolas%20na%20P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o%20%2016%20ago%202022.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, A. R. M. **O desenvolvimento é para todos:** ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu em Direito sob uma perspectiva racial. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

SOUZA, M. S. C. **Contradisciplina: indígenas na pós-graduação e os futuros da antropologia.** *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 99–116, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132069>. Acesso em: 28 mar. 2024.

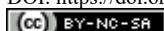
SOUZA, K. C. C. **Mestres/as negros/as:** trajetórias na pós-graduação dos/as egressos/as do curso de formação pré-acadêmica afirmação na pós-graduação. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade de Minas Gerais. 2018. Minas Gerais, p. 210 f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B4LKPN>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SOUZA, F. L. de. **Ações afirmativas na pós-graduação:** a experiência nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2021. Disponível em: <https://posgraduacao.uems.br/uems-sigpos/portal/trabalho-arquivos/download/3503>. Acesso em: 29 mar. 2024.

STF. Supremo Tribunal Federal. ADPF 186. **Decisão final do STF sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 186.** Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=ADPF%20186&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 26 mar. 2024.

SOUZA, L. F. Gestão da informação e do conhecimento: dicas para a pesquisa acadêmica. *Revista Interdisciplinar*, 2019. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/28136/1/Gesta%cc%83o%20da%20Informac%cc%a7a%cc%83o%20e%20do%20conhecimento.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos-estruturalista. *Education Policy Analysis Archives*, v. 20, n. 9, p. 1-36, mar. 2012. Disponível em: <http://doi.org/10.14507/epaa.v20n9.2012>. Acesso em: 08 jul. 2023.



TONIETO, C; FÁVERO, A. A pesquisa em Política Educacional: análise de aspectos teórico-epistemológicos em teses de Doutorado (2010-2012). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 15, e2014901, p. 1-21, 2020.

TREVISOL, M. G.; SHOENARDIE, D. A. Estado do Conhecimento sobre a Teoria das Competências: análise do banco de teses e dissertações da CAPES (2003-2021). In: FACIN, E. H.; TREVISOL, M. G.; MELLO, R. O. **Formação e Docência Universitária: desafios e oportunidades**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, v. 19, p. 22-32, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jul. 2023.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. “Lei das cotas” e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro. **Quaestio. Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2406>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VANALI, A. C.; SILVA, P. V. B. da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 86-108, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5911>. Acesso em: 28 mar. 2024.

VENTURINI, A. C. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1292-1313, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/7FGLXjbLhD7jKpd3qcXjkvj/?lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2023.

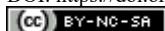
VENTURINI, A. C. Ações afirmativas nos programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas. In: **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**. Rio de Janeiro: IESP-Uerj, 2019a.

VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa na pós-graduação**: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019b. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12384>. Acesso em: 26 mar. 2024.

VENTURINI, A. C. Linha do tempo: ações afirmativas na pós-graduação *Stricto Sensu*: 2002 a 2020. **Nexo Políticas Públicas**. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A%C3%A7%C3%A3o-afirmativas-na-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-stricto-sensu-2002-a-2020>. Acesso em: 3 jul. 2023.

VENTURINI, A. C.; FERES JÚNIOR, J. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7491>. Acesso em: 27 jun. 2023.

VENTURINI, A. C. Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da portaria normativa 13/2016. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, p. 261-279, 2021.



Disponível em: <https://doi.org/10.25091/10.25091/S01013300202100020005>. Acesso em: 28 mar. 2024.

VENTURINI, A. C. Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 1250-1270, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200631>. Acesso em: 28 mar. 2024.

YORK, S. W. **Tia, Você é Homem? Trans da/na educação:** Des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

-
- Reconhecimentos:** Universidade Federal da Fronteira Sul e Universidade do Oeste de Santa Catarina.
 - Financiamento:** Não houve recursos financeiros para esse trabalho.
 - Conflitos de interesse:** Os autores declaram não possuir nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.
 - Aprovação ética:** O artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: CAAE 71253423.0.0000.5564.
 - Disponibilidade de dados e material:** A base de dados sobre a produção científica é de domínio público e pode ser acessada online.
 - Contribuições dos autores:** Os autores contribuíram igualmente na elaboração do artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

